LE! DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS / 1992 - ANEXO 4

QUADRO DA LEI ORCAMENTARIA ANUAL

SUMARIO GERAL DA RECEITA E DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA SEGUNDO OS ORÇAMENTOS

			ORÇAMENTO				
R E C E I T A VALOR	DESPESA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL (1)	ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS		
RECEITAS CORRENTES	-	DESPESAS CORRENTES		.	-		
TRIBUTARIA PATRIMONIAL AGROPECUARIA INDUSTRIAL	•	DE CUSTEIO TRANSF. CORRENTES	:	ļ	:		
DE SERVICOS TRANSF. CORRENTES OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
						,	
RECEITAS DE CAPI-		DESPESAS DE CAPI-					
OPER. DE CREDITO ALIENACAO DE BENS AMORY DE EMPREST. TRANSF.DE CAPITAL	•	. INVESTIMENTOS . INVERSOES FINANC. . TRANSF. DE CAPITAL	=		:	1	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		RESERVA CONTINGEN.		!	<u> </u>	L	
TOTAL		TOTAL		1			

(1) EXCLUI RECEITAS PROPRIAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARÎAS / 1992 - ANEXO 5 QUADRO DA LEI ORCAMENTARIA ANUAL

ORGAOS/ENTIDADES

TOTAL

ORGAOS/ENTIDADES

TOTAL

FISCAL

FMPRESAS

SEGURIDADE

SOCIAL

TEADAS COM
RECURSOS
PROPRIOS DA
ADM. INDIRETA

AUTARQUIA AT

AN

EMPRESA A1

AN

ORGAO B

OBSERVAÇÕES - INCLUI TODAS AS FONTES DE RECURSOS. EXCLUI REPASSES.

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS / 1992 - ANEXO 6

OBSERVAÇÃO - EXCLUI RECEITAS PROPRIAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

QUADROS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTÁRIAS / 1992 - ANEXO 7
QUADRO DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

SUMÁRIO GERAL DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

FONTES	APLICAÇOES	
Recursos Próprios	<del>-</del>	Investimentos
Operações de Crédito		
Tesouro do Estado	<u>-</u>	
Outras Fontes		
TOTAL	· <u></u>	

T . . .

LEI Nº 7.466, DE 1º DE AGOSTO DE 1991 (Projeto de lei nº 196/90,

do deputado Rubens Lara)

Dispõe sobre atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiência e gestantes

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu

promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º — Os órgãos da Administração Estadual Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica ficam obrigados a instituir, no âmbito de suas repartições, setor especial que priorize o atendimento de idosos, portadores de deficiência e gestantes.

Parágrafo único — O disposto neste artigo será regulamentado por decreto do Poder Executivo.

Artigo 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 1º de agosto de 1991.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Nader Wafae, Secretário da Saúde

Antonio Adolpho Lobbe Neto,

Secretário do Trabalho e da Promoção Social

Cláudio Ferraz de Alvarenga, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, em 1º de agosto de 1991.

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS / 1992 - ANEXO 8
QUADRO DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

	FONTES					
FUNCAO	TESOURO DE ESTADO	OPERACOES DE CREDITO	RECURSOS PROPRIOS	OUTRAS FONTES	TOTAL	
1-LEGISLATIVA			-	-		
-JUDICIARIA -ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	:	] :	]	- :		
- AGRICULTURA - COMUNICACOES		l· :		1		
-DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	-	-	-			
-DESENVOLVIMENTO REGIONAL	:					
-ENERGÍA E RECURSOS MINERAIS		•	-	-		
-HABITAÇÃO E URBANISMO -INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS						
-SAUDE E SANEAMENTO	-	1 -	-	•		
-TRABALHO -ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	:	:				
-TRÂNSPORTE	-		] - []	-		
B-RESERVA DE CONTINGENCIA	-	[	-[	-		

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS / 1992 - ANEXO 9

		FONTES					
EMPRESAS	TESOURO DE ESTADO	OPERACOES DE CREDITO	RECURSOS PROPRIOS	OUTRAS FONTES	TOTAL		
MPRESA A			-	:			
MPRESA B							
			3				
			=				
				:			
				-			
		<u> </u>	=				
		1 -1	-	-			

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS / 1992 - ANEXO 10 QUADRO DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO

	FONTES				
PROJETOS	TESOURO DE ESTADO	OPERACOES DE CREDITO	RECURSOS PROPRIOS	OUTRAS FONTES	TOTAL
ROJETO A	:		-	-	
ROJETO B	-	:	-	:	
			-	·	
ROJETO C		-	-		
		-	-		
	-		-	-	i
	-	=	-	:	
	-				

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTÁRIAS / 1992 - ANEXO 11
QUADRO DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR EMPRESAS

EMPRESA

FONTES		APLICAÇÕES
Recursos Próprios		Investimentos
Operações de Crédito	-	
Tesouro do Estado		
Outras Fontes	 -	
TOTAL		

## LEI Nº 7.467, DE 1º DE AGOSTO DE 1991

(Projeto de lei nº 222/90; do deputado Osvaldo Sbeghen).

> Declara de utilidade pública a entidade que específica

de que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º — É declarado de utilidade pública o "Instituto Profissional de Reabilitação Social 1º de Agosto — IPRESPA", com sede em Bauru.